

Sem acordo, Governo insiste que Estados paguem a dívida

Telefoto de Luiz Antonio

Dubléu

BRASÍLIA — O Governo federal surpreendeu ontem a Comissão Mista de Orçamento ao enviar ao Congresso Nacional uma terceira mensagem em que transfere do Executivo para o Legislativo a responsabilidade política por eventuais aumentos da inflação. O novo texto, que irritou os parlamentares, limitou a flexibilidade do Legislativo de fazer modificações no documento, inclusive reduzindo seu campo de ação quanto à rolagem da dívida de Estados e Municípios. Foi mantida a rolagem de 75 por cento da dívida, conforme constava na primeira proposta do Governo.

A nova mensagem chegou ao Congresso depois das 15 horas, quando a Comissão Mista já se preparava para iniciar a discussão e a votação do Orçamento. A possibilidade de entendimento entre Executivo e Legislativo a respeito da dívida dos Estados e Municípios, ponto crucial do orçamento, foi descartada no final da manhã de ontem, depois de quatro dias de intensas negociações. O Governo em nenhum momento admitiu reduzir sua meta para o déficit público.

O Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, contestou a intenção de manobra denunciada por parlamentares. Ele afirmou que o Congresso rompeu as negociações e que o Executivo teria feito tudo para evitar a hiperinflação.

A proposta do Governo foi recebida pelo Presidente do Senado, Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), na forma de mensagem aditiva ao primeiro documento enviado ao Congresso e substitutivo do segundo apenas. Isso preservou o trabalho da



O Senador Cid Carvalho preside a reunião da Comissão de Orçamento

Comissão Mista de Orçamento sobre mais de três mil emendas relativas ao primeiro documento e que estaria perdido, caso o Congresso Nacional recebesse a terceira mensagem como substitutiva das duas primeiras.

A decisão retira algum poder da Comissão na medida que a impede de fazer composições entre uma e outra mensagem. A Comissão terá que compatibilizar as pretensões dos Governadores à realidade incluída no novo documento.

O Vice-Presidente da Comissão, Deputado César Maia (PDT-RJ), explicou que, ao considerar a mensagem um aditivo à primeira proposta orçamentária, o Senador Humberto Lucena impedira a Comissão de Orçamento de efetuar novos cortes de despesas para viabilizar a solução

que atenda a Estados e Municípios. As emendas dos parlamentares ao segundo texto, que foi retirado pelo Governo federal, foram inutilizadas, o que dificulta ainda mais o trabalho da Comissão.

A burocracia do Senado impediu que os membros da Comissão tivessem acesso imediato ao novo documento do Executivo. Até o início da noite de ontem, nem o Presidente Cid Carvalho conhecia os termos da Mensagem. A Comissão, entretanto, esperava que a nova proposta não alterasse o volume das despesas estimadas no primeiro orçamento.

Na página 21, "Empresários ameaçam sair do pacto"